



FÓRUM ESTADUAL DE INSPETORES DE ENSINO, ORIENTADORES EDUCACIONAIS E SUPERVISORES ESCOLARES



Caríssimos/as Srs/as Deputados/as

Ao cumprimentá-los/as cordialmente apresentamos o Fórum Estadual de Inspetores de Ensino, Orientadores Educacionais e Supervisores de Educação do Rio Grande do Sul composto pela Associação dos Inspetores de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul (AIERGS), a Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul (AOERGS) e a Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Rio Grande do SUL (ASSERS). Vimos representando nossos associados, os profissionais da educação, solicitar a imediata aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 15/2015), em caráter permanente, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), pois o mesmo é referência para garantia da qualidade da educação.

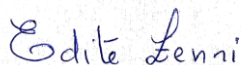
O FUNDEB é a principal fonte de financiamento da educação brasileira, da qual estados e municípios já usufruíram, mais de cento e sessenta bilhões, no decorrer desses quatorze anos de existência. Valores esses que qualificaram as ações implementadas nos mais diversos espaços da Educação Básica. Existindo a possibilidade de que o FUNDEB venha acabar não podemos deixar de nos manifestar enfaticamente em prol da sua manutenção. O amplo diálogo, debate, já realizado sobre a PEC 15/205, sempre contando com a presença da Relatora Deputada Dorinha Seabra que nos representa e somos a favor de votar, imediatamente, o novo Fundeb, tornando-o um fundo permanente.

O futuro das novas gerações de brasileiros depende fundamentalmente de uma educação básica sólida e para tal, o financiamento, é fundante no suporte e aporte para esse desenvolvimento social. A aprovação do novo FUNDEB garantirá o padrão mínimo de qualidade que está sinalizado na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96.

Considerando os argumentos já citados, a urgente necessidade de aprovação do FUNDEB é uma exigência de responsabilidade política, social e decisiva para o futuro do Brasil. Diante disso exigimos que os representantes no Congresso cumpram com o dever cívico que lhes foi atribuído através do voto, de zelar e definir políticas públicas efetivas em prol da sociedade brasileira.

Com a expectativa de termos nossa demanda atendida aguardamos o resultado favorável para a votação do novo Fundeb.

Atenciosamente,



Edite Claudete Zenni
Presidente da AIERGS



Rosângela Maria Diel
Diretora Administrativa AOERGS



Nina Rosa Ventimiglia Xavier
Presidente da ASSERS